

## FÉ E RAZÃO:

### A liberdade de consciência na maçonaria e a religiosidade

(FAITH AND REASON:

Freedom of consciousness in freemasonry and religiosity)

Paulo Ferraz de Camargo Oliveira <sup>1</sup>

#### Resumo

Este artigo analisa a relação entre fé e razão na Maçonaria, com base nas práticas de tolerância e de liberdade de consciência preconizadas ao longo de sua formação institucional. Será adotada uma postura crítica com relação a tão proclamação da chamada Maçonaria Operativa para a Maçonaria Especulativa, que se baseia na visão, há muito superada, de que o século XVIII teria rompido com o misticismo e as crenças antigas e encaminhado a humanidade em direção à luz. Tal reducionismo obscurece a complexidade das transformações pelas quais a Maçonaria passou e que envolvem tensão entre posturas religiosas e racionais.

**Palavras-chaves:** Maçonaria; Religiosidade; Razão; Liberdade.

#### Abstract

This paper analyses the relation between faith and reason in the Freemasonry, based on practices of tolerance and conscious freedom preconized through its institutional formation. It will be adopted a critical position regarding the so proclaimed passage from the Operative Freemasonry to the Speculative Freemasonry, based on the vision, so long overcome, that the 18th century would have broken down with the mysticism and old beliefs and routed the mankind towards the light. Such a reductionism clouds the complexity of the transformations that Freemasonry have faced and that involve the tension between religious attitudes rational ones.

**Keywords:** Freemasonry; Religiosity; Reason; Freedom.

<sup>1</sup> Paulo Ferraz de Camargo Oliveira é Bacharel em História pelo Departamento de História da FFLCH-USP, Mestre em Ciências no Programa de História Social pelo Departamento de História da FFLCH-USP.

E-mail: [pauloferraz.canteirodosaber@gmail.com](mailto:pauloferraz.canteirodosaber@gmail.com)

## 1. Maçonaria e religião: breve visada histórica

Muito antes da Antiguidade, a vida profana se confundia com o sagrado. A partir da chamada Revolução Cognitiva, ocorrida há, aproximadamente, 50 mil anos, os humanos começaram a conferir significados para a realidade imediata que iam além do mundo material. Aqueles humanos antigos, então, passaram a simbolizar elementos de sua existência. Com isso, fenômenos naturais passaram a não ser apenas o resultado das forças da natureza agindo entre si, mas a manifestação de seres invisíveis, que interagiam neste mundo e, por vezes, controlavam os desígnios da humanidade. Assim, para muitos povos antigos, e também do presente, a vida seria regida pela vontade divina, manifestada por meio de eventos naturais e de acontecimentos das sociedades humanas que incluíam, entre outros, o mundo do trabalho.

É nesse sentido que é possível a compreensão da intensa relação estabelecida, na Idade Média da Europa central, tema de nossa atenção por ter sido o berço da Maçonaria, entre o trabalho e a espiritualidade, sobretudo por parte, no que diz respeito à história maçônica, da Ordem dos Templários e das corporações de ofício de construtores (NAUDON, 1964, p. 99 e ss.). Percebe-se nitidamente, nessas instituições, que o trabalho era marcado não apenas pelo caráter operativo (sua realização em si, como esquadrihar e cortar pedras, empilhar toras de madeira, trançar fios para fabricar cordas, ordenhar animais, cuidar das plantações, alimentar os animais, entre muitos outros), mas também por muita especulação (observações empíricas da natureza, investigações teóricas, realizações de cálculos, reflexões etc.).

Um dos exemplos mais paradigmáticos dessa relação, ou seja, dessa mistura entre operativo e especulativo pode ser visto na Regra Beneditina, estabelecida por São Bento de Núrsia no século VI. De acordo com seus 73 capítulos, as comunidades religiosas cistercienses deveriam ser fixas e contar com todos os meios necessários para sua sobrevivência. Os mosteiros, portanto, precisavam ser autossuficientes, de modo que se encontrem no seu interior todas as coisas necessárias, isto é, água, um moinho, um jardim, uma padaria e oficinas, para que se possa exercer no próprio interior do monastério os diversos ofícios, conforme o capítulo LXVI, versículos 6-7, da Règle de Saint Benoît (SCHMITZ, 2018, tradução do autor). A explicação para isso, neste caso, era a garantia do isolamento dos monges cistercienses, em linha com os preceitos da ordem monástica (JORGE, 2012, p. 39-40). Independentemente de suas origens históri-

cas, a Maçonaria também incorporou, como não poderia deixar de ser, a mistura do Operativo com o Especulativo, observada nas ações de solidariedade, na realização de cultos, nos deveres religiosos, na filantropia e na educação dos aprendizes, incluindo rituais de cunho religioso para a transmissão dos old charges. Entretanto, a peculiaridade da Maçonaria, em comparação com as demais corporações de ofício medievais, residiu na admissão dos chamados aceites, que incluíam, entre outros, alquimistas. Vale destacar que esses alquimistas, assim como os integrantes da Rosa Cruz aceites na Ordem maçônica do século XVIII, tiveram grande importância para a consolidação do caráter especulativo da Maçonaria, contribuindo para o aprofundamento dos estudos do que hoje chamamos de desenvolvimento interior, destinados para o trabalho reflexivo por parte dos maçons.

## 2. Os aceites

A liberdade de deslocamento concedida aos franco-maçons medievais os havia levado a formar laços com pessoas de diversas localidades, tecendo, assim, uma rede de proteção para os que se moviam de um local para outro. Adentrado o século XVIII, essa transição se completou, primeiro na Escócia, depois na Inglaterra, tendo contribuído para isso o declínio, ainda no século XVII, das corporações de ofício e das guildas, acompanhado pelo desenvolvimento e expansão de uma economia capitalista que levou a mudanças nos ritos de sociabilidade entre membros de distintos grupos sociais, em especial a pequena nobreza e a burguesia.

Como resultado da incorporação e ampliação dos aceites em seu meio, a Maçonaria oitocentista da Europa se constituiu como espaço de tensões e ambiguidades, na medida em que representava toda a configuração social do Antigo Regime – que teve na França seu mais alto grau de refinamento –, baseada na simbologia tradicional de hierarquia e condição social, ao mesmo tempo que construía as bases de uma sociedade que hoje pode ser definida, clara e inequivocamente, como democrática. Nesse sentido, Vieira lembra que a Grande Loja de Londres era dirigida nos seus primórdios por quatro nobres titulados, cinco fidalgos, cinco profissionais da classe média e cinco artesãos, sendo dois marmorários, um carpinteiro, um ferreiro e um pedreiro (VIEIRA, 1987, p. 199). Nas Lojas, os maçons disputavam o poder, debatiam ideias, concorriam de acordo com regras estabelecidas em leis e Constituições, elegiam seus repre-

sentantes por meio de votações, distribuíam funções de acordo com a ocupação que cada maçom tinha na administração da Loja, preconizavam o abandono das distinções profanas de status e riqueza e possuíam e valorizavam a liberdade de expressão, como bem apontou Margareth Jacob (JACOB, 1991, pp. 179-204). Em sua maioria, não se vinculavam ao Estado e a seus monarcas e aristocratas, o que lhes conferia um vasto espaço de manobra, fornecendo, desse modo, uma alternativa viável à Igreja e ao Estado, ainda que não estivesse livre de conflitos e cisões.

Como contraponto a essas transformações em curso, lembremos que, nessa mesma época, a França era governada por um dos mais significativos reis absolutistas da Europa e as monarquias ibéricas seguravam-se como podiam nas antigas, e já cambaleantes, estruturas administrativas coloniais calcadas no Antigo Regime, com suas mercês e concessões de títulos nobiliárquicos como formas de distribuição de privilégios as quais visavam facilitar a dominação das possessões ultramarinas. Porém, chegado o século XVIII, praticamente toda a Europa já contava com suas Lojas maçônicas. Só em Paris havia 10 mil maçons na década de 1770, para uma população estimada em 600 mil habitantes. Para efeitos de comparação, é como se houvesse, atualmente, 250 mil maçons só na capital paulista – o número real em 2019 beira um décimo dessa cifra.

No século seguinte, a Maçonaria europeia foi marcada por ideias progressistas que visavam à construção de uma fraternidade entre os maçons que fosse universal, viés este que seria gradualmente abandonado ao longo do século XX, diante da crescente crítica aos modelos alternativos de sociedades, em especial os de natureza progressista, como o comunismo e os socialismos (utópico e científico). Apesar desse retrocesso reformista da Maçonaria ocorrido na passagem do século XIX para o XX, um marco renovador que perdurou foi a liberdade de culto concedida a todos os seus integrantes, respaldada pela criação e inserção de símbolos, lendas e mitos que, conforme afirmou o Grande Orador do Supremo Conselho da França em um pronunciamento realizado no começo dos anos 2000, tornou a Maçonaria, em especial o Rito Escocês Antigo e Aceito, livre do reducionismo e aberta à multiplicidade de interpretações, até mesmo opostas entre si (ICHER, 2004).

### 3. Espiritualidade no REAA

A forte carga simbólica do REAA foi criada em um momento em que a espiritualidade europeia ainda não havia saído, de maneira ampla, dos domínios das religiões católica e protestante, o que explica o fato de a Bíblia ter sido a inspiração para essa construção. Esse cenário começou a ser mudado ao longo da segunda metade do século XVIII, com a inserção do hermetismo, do gnosticismo, do misticismo, da cabala e da Rosa Cruz. No século seguinte, fé e razão começavam a ter suas fronteiras sendo bastante bem definidas, com o crescimento do pensamento laico e do materialismo, em especial entre as camadas cultas. Esse cenário colocou em confronto o tradicionalismo das chamadas religiões do Livro e a espiritualidade filosófica e ampla.

O clima de contestação espiritual chegou à Maçonaria e instigou o que ficou conhecido como a Querela do Grande Arquiteto do Universo. Em 1872, Lojas da Bélgica, e depois em 1877, na França, deixaram de obrigar que os trabalhos fossem dedicados à Glória do Grande Arquiteto do Universo. Diante desse impasse, lideranças do Supremo Conselho da França, na Convenção de Lausanne, de 1875, decidiram pela universalização do tratamento destinado ao Grande Arquiteto do Universo, em vez de limitá-lo ao Deus das religiões, referindo-se a Ele como Criador Supremo, Princípio Criador e Força Superior – lembremos de muitas outras denominações como Deus, Essência Divina, Causa Primeira, Eterno, Ser Supremo, Consciência Ilimitada, Energia, Poder Universal, Natureza Original, Verdade Final, Amor, Perfeição, Luz. Desenvolvia-se, desse modo, o princípio da Liberdade Absoluta de Consciência. Contudo, a decisão tomada em Lausanne não pacificou os ânimos e gerou novas polêmicas que perduram (ICHER, 2004).

A falta de concórdia derivada das medidas adotadas em Lausanne pode ser melhor explicada se forem observadas as particularidades das Maçonarias francesa, também conhecida como Maçonaria Liberal (Grande Oriente da França), e inglesa, chamada de Maçonaria Regular (Grande Loja Unida da Inglaterra): a primeira, praticada na França e no continente europeu, foi marcada pelas transformações trazidas pelo iluminismo e pela Revolução Francesa que defendiam os direitos como algo intrínseco aos homens, acima de qualquer crença religiosa; a segunda, caracterizada pela tradição e por uma monarquia conservadora. Os lemas de cada uma dessas maçonarias revelam essas diferenças conceituais: "Liberdade, igualdade e frater-

nidade" (França) e "Sabedoria-Força-Beleza", que nos EUA se tornaria "Fraternidade, Auxílio e Verdade".

Em 1961, essas diferenças seriam retomadas e aprofundadas. Nesse ano, o Grande Oriente da França e potências liberais fundaram o Centro de Ligação e de Informação das Potências Maçônicas Signatárias do Apelo de Estrasburgo (Clipsas), do qual decorreu a liberdade para as Lojas de: utilizarem ou não a Bíblia; saudarem ou não o Grande Arquiteto do Universo; iniciarem mesmo os que não acreditam na imortalidade da alma; aceitarem ou não ateus; incorporarem pessoas portadoras de deficiências físicas; interpretar livremente a simbologia maçônica; e debaterem sobre política e religião.

Disputas ideológicas de natureza espiritual à parte, a decisão manifestada na Convenção de Lausanne vai em linha com os preceitos filosófico-iniciáticos da Maçonaria, manifestados no próprio Rito Escocês Antigo e Aceito (REAA), de uma proposta de retorno a si mesmo ainda antes da cerimônia de Iniciação e, sobretudo, ao longo desta. Esse giro ontológico, essa guinada para dentro, exige do neófito, seguindo a própria ritualística, um esforço intelectual, a instrumentalização de uma razão a serviço de uma busca espiritual. Surge, daí, a necessidade de questionarmos o dualismo tão conclamado nos estudos dos séculos XVIII e XIX feitos sob a perspectiva da industrialização e modernização, a qual opõe, de um lado, a fé, e de outro, a razão. Apesar do inegável industrialismo e dos avanços técnico-científicos promovidos durante esse período, os quais a partir de 1789 vão se juntar ao radicalismo político, jacobino ou não, esse período também deve ser lembrado como o do surgimento de muitas ideias e atitudes que buscavam no além respostas para os dramas e as dúvidas de muitas pessoas.

Por toda a Europa, a partir de meados do século XIX, intensificou-se a procura pelo sobrenatural e místico, que visava obter respostas para problemas que o crescente incremento tecnológico e o desenvolvimento industrial não eram capazes de dar. Assim, milhares de pessoas procuravam no além a resposta para suas angústias pessoais, além de contatos com os mortos, ações que podiam ser atendidas não por meio das tecnologias industriais, mas pelo misticismo. Mesas volantes, gurus espirituais, práticas que se diziam vir do Oriente, novas concepções filosófico-religiosas e

clubes místicos se espalhavam por todo o continente europeu (OLIVEIRA, 2019, pp. 28-29).

Concluimos, desse modo, que nenhuma época histórica deve ser analisada sob o prisma de categorizações amplas que promovam restrições ou alargamentos conceituais que estejam descolados do cotidiano daqueles que o viveram.

#### 4. Maçonaria no Brasil: tensões com a Igreja católica e o despertar da razão

Ainda no século XVIII, a Maçonaria chegava à América portuguesa, acompanhada de seus opositores, que acusavam seus membros de incitarem complôs, atos maldosos e sedições, mesmo tendo em vista que o segundo ordenamento das Constituições de Anderson proibisse os maçons de se envolverem em conspirações (VIEIRA, 1987, p. 199).

Um Maçom é uma Pessoa pacífica perante os Poderes Civis, onde quer que resida ou trabalhe, e jamais deverá se envolver em Conjuras ou Conspirações contra a Paz e o Bem-estar da Nação, nem faltar a seus deveres perante os Magistrados inferiores (ANDERSON, 1982, p. 50).

Apesar dessa exigência colocada por Anderson, em acordo com Jean Théophile Desaguliers, no século seguinte essas imagens ligadas a ideia de complô ganharam força, incitadas pela produção e circulação de textos antimaçônicos (BARATA, 2006, p. 127). Ainda nos seus primórdios como organização efetiva e centralizada, a Maçonaria já levava o papa Clemente XII a emitir em 1738a Constituição Apostólica *In Eminentia postolatus specula*, a primeira condenação católica formal à Maçonaria, motivado pelo incentivo que esta dava à reunião de homens de diferentes credos e pela manutenção de segredos entre maçons – mas isso não foi uma novidade, pois governos europeus já haviam feito o mesmo na Holanda, em Genebra, na França, na Suécia e em Hamburgo. Tal proibição foi reiterada em 1751, pela bula papal *Providas romanorum pontificum*, de Benedito XIV.

Em Portugal, suspeitos de heresia, os maçons eram acusados de serem maus católicos e maus vassallos e deveriam ser denunciados à Santa Inquisição,

freando a expansão da Ordem. Essa associação entre más posturas como crentes e súditos se explica pelo caráter dual que a Inquisição adotou em Portugal a partir do século XVIII até 1821, quando foi extinta. Ciosa por justificar sua existência após a proibição de perseguir cristãos-novos, os inquisidores foram em busca dos “crimes de pensamento”, que incluíam os maçons. Assim, na época da Revolução Francesa, um mal cristão também era considerado um mal súdito, um inimigo do Estado (BARATA, 2006, p. 139). Por isso, diante da ameaça ao poder monárquico em uma Europa convulsionada pelos ideais libertários, todo comportamento suspeito era passível de perseguição e condenação – apesar de todo esse clima persecutório, a entrada de clérigos na Maçonaria não foi impedida. No início do século XIX, com o crescimento da Maçonaria em Portugal e no Brasil, aumentava também o temor de que os maçons pudessem estar em conluio com os invasores franceses e planejar a queda da monarquia portuguesa. Dava-se, portanto, a junção de maçons como hereges e conspiradores. A lenda negra tomava forma, alimentada pelas associações entre Lojas e revolucionários na França de 1789.

Associar a maçonaria a uma “seita” conspiratória que objetivava a destruição dos “tronos e dos altares” era uma forma de colocar ordem no caos. Era um método de encontrar uma resposta para as profundas mudanças vivenciadas na virada do século XVIII para o século XIX (BARATA, 2006, p. 164).

No mundo luso-brasileiro, seguiam as condenações. A Maçonaria era vista como organização dedicada à dominação mundial. E, assim, a “narrativa do complô” ganhava força no mundo luso-brasileiro.

[...] Estava guardado para nós o sermos testemunhas da maior perseguição, que nunca padeceu a Igreja de Deus, e toda excitada, e fomentada pelos Pedreiros-Livres!!! E querem estes miseráveis, que não estremeçamos, só de lhes ouvirmos o nome! Era necessário que deixássemos de ser Católicos, e que perdêssemos todo o cuidado, e interesse pelas coisas de Deus, para que fizéssemos a vista grossa ao maior Labéu da nação Portuguesa. Franco-Maçom é uma espécie de D. Quixote, ou Cavaleiro andante de Constituições, assim

como o herói de Cervantes o era das formosas Dulcineias. Franco-Maçom é uma toupeira com semblante humano, que está ocupada sempre em minar, e escavar, e ainda que veja o poder do mundo a cair-lhe em cima, nem por isso tomará juízo, ou se fará mais comedido. Franco-Maçom é um aborto na classe dos seres racionais, pois se nutre de estragos, e ruínas, e antes quereria ver como Nero incendiada, ou arrasada uma Cidade inteira, do que ver desmentido um só ápice das suas enturradas teorias. Franco-Maçom é um desalmado, que está pronto a envenenar seu próprio Pai, quando seja necessário para os interesses da Seita!!! Ser Franco-Maçom, ou Pedreiro-Livre, é estar sempre em guerra com os seus concidadãos, maquinando contra tudo o que eles mais amam, e respeitam. Ser Franco-Maçom é ser tudo quanto é mau, é quebrar sem pejo os laços mais fortes da vida social, e viver disposto a zombar de todas as Leis, e de todas as autoridades. Ser Franco-Maçom é presumir de saber mais que Nosso Senhor Jesus Cristo, é querer emendar-lhe a mão, e instituir coisa melhor, que a o Evangelho!!! Tudo isto ainda não é nada para o que eles merecem, e creio que será impossível às forças humanas definir exatamente um só pedreiro!!! São eles com efeito os que realizam a adivinha. – Quanto mais se lhe tira maior é. Por mais que se diga, e torne a dizer, sempre fica muito, e muito que arranhar, pois a matéria é inesgotável, dá para tudo, e para todos a fartar (SÃO BOA-VENTURA, 1824).

Ainda em 1809, a Imprensa Régia de Portugal publicou a primeira obra antimaçônica autorizada a circular no Brasil, intitulada Os Pedreiros-Livres, e os Iluminados, Que mais Propriamente se deverião denominar os Tenebrosos, De cujas Seitas se tem formado a Pestilencial Irmandade, a que hoje se chama Jacobinismo. Nela, seu autor aproxima a Maçonaria aos Iluminatti bávaros, para expor os objetivos dessas instituições: a subversão do Trono e do Altar. Esse tipo de publicação só aumentaria nos anos seguintes, até atingir seu ápice na década de 1820, como resultado das disputas políticas em torno das Cortes de Lisboa, da independência do Brasil e das disputas pelo trono português entre D. Miguel e D. João VI, momentos de crise institucional em Portugal e também no Brasil (BARATA, 2006, p. 168).

Já no Segundo Reinado, crescia o clamor das elites sociais do país, veiculadas por setores da imprensa, em favor da modernização do país. O progresso era o grande objetivo ao qual se ansiava. Com base na observação da realidade nacional, muitos concluíram que o Brasil só poderia se modernizar pela ajuda dos protestantes, uma vez que foram eles os grandes responsáveis por muitas obras de infraestrutura iniciadas na segunda metade do século. Disso, concluía-se, por contraposição, que o catolicismo, manifestado pela Igreja, representava o retrocesso, o obstáculo a ser superado. Desse modo, não surpreende a adesão de muitos maçons aos protestantes, em apoio à imigração de pessoas vindas de países protestantes, como Suíça, Alemanha, Inglaterra, Irlanda, Escócia e, em especial, dos estados Confederados que perderam a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (VIEIRA, 1987, p. 207). A diáde Maçonaria/complô seguiria firme ao longo do século XX, como ocorreu em Pernambuco, com o acirramento da Igreja católica ao lado de setores da imprensa, tendo à frente o influente jornal A Tribuna. Como resposta a esses ataques, a Maçonaria pernambucana ampliou suas ações efetivas (fundação de escolas, bibliotecas públicas, clubes de leitura, entre outras) com forte teor anticlerical (COELHO, 2016, p. 70-72).

Ao longo do todo o século XIX, a Maçonaria brasileira se viu às voltas com cisões e influências externas. Uma sucessão de Grandes Orientes, apoiados por instituições maçônicas europeias de países como França, Inglaterra, Portugal e Bélgica, começou a ocorrer a partir de 1831, com a fundação do Grande Oriente Brasileiro, dividindo a cena local com o já criado Grande Oriente do Brasil, de 1822. A uma sequência de eventos ora favoráveis, ora contrários às Lojas maçônicas brasileiras, foi instaurada uma crise no seio da monarquia de D. Pedro II, com a chamada Questão Religiosa, nos anos 1870, na qual dois bispos da Igreja católica decidiram enfrentar a Maçonaria. Poucos anos antes desse ocorrido, buscando modificar a situação da Igreja no Brasil, o papado de Pio IX publicou a encíclica *Quanta cura* (1864) e seu anexo, *Sílabo de Erros*, este último atacando a Maçonaria brasileira.

Um dos resultados da Questão Religiosa foi o incremento de grupos concorrentes do catolicismo, como o protestantismo, o positivismo e o espiritismo (MATOS, 2011, p. 7), que se juntaram ao republicanismo e à Maçonaria, reforçando o programa liberal (registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos,

laicização dos cemitérios, Lei do Ventre Livre, projetos educacionais para adultos, reforma do sistema de ensino e abolição gradual da escravidão) até que, por fim, foi feita a separação do Estado e da Igreja pelo Decreto n. 119-A, de 7 de janeiro de 1890, confirmada pela Constituição de 1891. Essa separação já vinha sendo intensamente debatida no seio maçônico, entre o Grande Oriente dos Beneditinos (criado em 1863 como dissidência do Grande Oriente do Brasil) e o Grande Oriente do Lavrado que eram, respectiva e sinteticamente, a favore contrário a essa separação.

Diante da laicização do Estado brasileiro, a Igreja católica adotou novas medidas e reformou suas estruturas, formando dioceses, arquidioceses e seminários, incentivou a vinda de religiosos estrangeiros e reforçou sua oposição à Maçonaria e outros grupos (MATOS, 2011, p. 13).

A criação do decreto de 1890, contudo, não levou ao abandono de práticas religiosas e ao aumento da secularização, mas deu as condições para que o contrário acontecesse, ao resultar na ampliação de outras práticas religiosas que não a católica e na busca por autonomia e legitimação de outras crenças em termos de manifestação pública. A liberdade de culto foi, então, consolidada para que as práticas antes tidas como feitiçarias, curandeirismos e batuques se organizassem como religiões, incluindo o espiritismo, de origem francesa (SILVA, 2010, p. 2) e praticada, em boa parte, por membros das classes médias urbanas. Aquele espírito progressista que animara a Maçonaria europeia do século XIX também pôde ser visto no Brasil na virada para o século XX. Em sua análise feita sobre a Maçonaria cearense, Marcos José Diniz Silva chama a atenção para a construção de um espaço maçônico em que as ideias espíritas e teosóficas tiveram campo fértil para germinar em confronto com o tradicionalismo católico.

Silva lembra que essa doutrina espiritual se respaldava na "fé racional", ao lado do avanço do positivismo e do evolucionismo entre as camadas mais letradas e liberais da sociedade imperial, em contraposição à crescente romanização da Igreja católica contrária às modernizações de costumes, dinâmica já exposta por Silva (SILVA, 2010, p. 5). Portanto, assim como Margareth Jacob considerou a Maçonaria europeia como local de embates entre o tradicionalismo do Antigo Regime e o constitucionalismo de caráter democrático, podemos arriscar uma hipótese que sustenta a ideia do surgimento de um outro arco de tensão na Maçonaria brasileira: de um lado, a ritualística

calcada na simbologia católica de base bíblica e, de outro, a adesão de maçons ao espiritismo kardecista, como ocorrera no Ceará, como parte dos esforços racionalistas típicos da Ordem maçônica.

Se a oposição da Igreja católica gerou uma resposta de igual intensidade e de sentido contrário por parte do Grande Oriente da França a partir de 1877, seguido por outros países, no Brasil essa resposta não foi tão intensa.

Essa “religião natural” maçônica conservando elementos esotéricos das tradições e Mistérios Antigos, aos quais se acrescentaram pressupostos racionalistas, positivistas e evolucionistas dos séculos XVIII e XIX, configurou com o Espiritismo e a Teosofia, promovida pela Sociedade Teosófica, uma grande corrente moderno-espiritualista (SILVA, 2010, p. 7).

No Brasil do começo da República, os maçons, ao menos no Ceará, partilhavam crenças comuns ao espiritismo e à teosofia, assentadas

[...] nos seguintes fundamentos: (a) difusão da antiga lei dos renascimentos sucessivos (reencarnação); (b) evolução espiritual; (c) evolução planetário-cósmica; (d) possibilidade de comunicação entre os vivos e os mortos (mediunidade); (e) aliança entre religião e ciência; (f) complementaridade entre todas as crenças religiosas, fundada na unidade das leis divinas; (g) a defesa e a prática da liberdade, da fraternidade e da solidariedade entre todos os povos, crenças e raças (SILVA, 2010, p. 11).

Podemos enfatizar os itens b) e g) como sendo os mais maçônicos, ainda que não os únicos, entre os citados. Do conjunto desses itens, inferimos o nítido caráter teleológico do Espiritismo e da Teosofia, ambos defendendo a ideia de que a humanidade caminharia rumo à evolução, a qual culminaria no encontro com Deus. Esse tipo de proposição é típica do século XIX, durante o qual doutrinas políticas, como o marxismo (que desposava a religiosidade e afirmava seu materialismo), asseguravam que a história humana é a história da evolução (neste caso, o ponto áureo seria a revolução do proletariado e a abolição do Estado). Muitas outras proposições seguiam pela mes-

ma vereda, tais como as ideias de Alfred Russel Wallace e de Charles Darwin sobre a evolução da vida, que contribuíram intensamente para o fortalecimento do pensamento teleológico, o qual gerou proposições como as de Herbert Spencer (sobrevivência das sociedades mais fortes), o darwinismo social e a antropologia criminal evolucionista de Cesare Lombroso.

## 5. A resolução da tensão entre fé e razão na Maçonaria

A Maçonaria não esteve alheia às influências do pensamento teleológico que dominava as mentes europeias desde o século XVIII e também orientou seus adeptos no sentido de uma prática que misturava racionalismo e religiosidade/espiritualidade, sempre em busca da construção de uma sociedade melhor e mais evoluída, por meio do trabalho de autoconhecimento de cada maçom.

Para dar conta da pluralidade de crenças religiosas e filosóficas dos maçons, os diversos ritos surgidos desde o século XVIII incorporaram em seus rituais e ensinamentos uma forte carga simbólica, a ser decodificada pelos maçons conforme suas crenças. Vale lembrar que o primeiro ordenamento da Constituição de Anderson, de 1723, formulada sob liderança do conde de Montagu poucos anos após a criação da Grande Loja da Inglaterra – recentemente, afirma-se que a Grande Loja foi fundada em 1721 e não em 1717 –, já principiava o caráter ecumênico, ainda que restrito às religiões cristãs – os judeus só seriam aceitos no final do século (VIEIRA, 1987, p. 199) –, da Maçonaria inglesa:

Um Maçom é obrigado, por sua Condição, a obedecer à Lei moral; e se compreende bem a Arte, não será jamais um Ateu estúpido, nem um Libertino irreligioso. Mas se bem que nos Tempos antigos os Maçons fossem obrigados em cada País a ser da Religião, qualquer que fosse, desse País ou dessa Nação, contudo é considerado mais conveniente de somente os sujeitar àquela Religião sobre a qual todos os Homens estão de acordo, deixando a cada um suas próprias Opiniões; isto é, serem Homens de bem e leais, ou Homens de Honra e de Probidade, quaisquer que sejam as Denominações ou Confissões que os possam distinguir; pelo que a Maçonaria se torna o Centro de União, e o Meio de firmar uma

Amizade sincera entre Pessoas que teriam ficado perpetuamente Distanciadas (ANDERSON, 1982, p. 50).

A dicotomia fé e razão remonta à Antiguidade grega, cujas narrativas mitológicas dariam conta de uma suposta verdade que estaria além da compreensão humana e, por isso, inegável, uma vez que pertenceria ao mundo dos deuses e titãs – de acordo com alguns autores, seus mitos não estariam desprovidos de racionalidade e, seguindo esse pressuposto, a filosofia teria surgido da depuração desses mitos, assunto, evidentemente, para muitos debates.

Chegada a Idade Média, período cronológico que começa a dizer respeito mais diretamente à Maçonaria, a religião (que substituiu os mitos gregos) e a filosofia se imiscuíram. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino foram, sem dúvida, os nomes mais influentes desse processo de amalgamação. Ao ter se dedicado ao mundo das ideias, Platão foi, então, reinterpretado pelo bispo de Hipona para ser conformado às ideias cristãs baseadas, sobretudo, na contemplação de Deus. Ainda na visão do santo, Platão seria o responsável pela preparação das almas das pessoas para que pudessem receber o cristianismo. Nesse momento incipiente de formação da Igreja, a fé imperava sobre a razão. Tomás de Aquino, por sua vez, procurou equilibrar fé e razão no pensamento cristão medieval, de forma que a razão, a lógica e o empirismo estivessem a serviço da comprovação da existência divina, valorizando o mundo material, ao contrário do pensamento agostiniano – daí a influência de Aristóteles no pensamento de Aquino. A razão, aqui, deve ser mobilizada para demonstrar e organizar os mistérios da fé. Portanto, a verdade poderia ser buscada tanto pela razão quanto pela fé – a primeira fornecida pela filosofia; a segunda, pela religião.

Já no Renascimento, o pensamento contra a fé sem limites, que não aceita as explicações racionais, tomava vulto e se materializava das mais distintas maneiras: nas artes, na ciência, na literatura e na própria filosofia. Séculos depois, o iluminismo aprofundaria essas críticas, sem negar, em sua totalidade, Deus ou a religião cristã. Nesse equilíbrio entre fé e razão, o ideário iluminista pautou-se, em grande parte, pela ideia da evolução constante rumo à perfeição e ao progresso contínuo e irrefreável construído por meio das habilidades humanas. Nesse sentido, o iluminismo acabou por criar uma nova crença: a fé na modernidade e no progresso. No século XIX, em plena

modernidade, o sobrenatural, como já foi mencionado, assumia – cabe indagar se algum dia deixou de assumir – protagonismo diante de muitas questões para as quais a ciência não tinha respostas. Foi nesse período que a Maçonaria, já consolidada na forma como a conhecemos hoje, reforçou suas estruturas políticas, administrativas e também filosóficas.

Preservando a condição de que um maçom deve crer em uma força superior, e não apenas no Deus dos cristãos, a Maçonaria pôde germinar entre adeptos de distintas crenças religiosas, processo que se estendeu ao longo de todo o século XX. Essa confluência fica clara no documento publicado em 1987 pelo Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Jurisdição Sul dos EUA (SUPREMO, 1987), no qual eminentes maçons, de diferentes religiões, manifestaram-se a esse respeito:

Algumas palavras de introdução.

Por Christian Frederick Kleinknecht Jr., 33o – Soberano Grande Comandante

[...] Todo Maçom deve acreditar em um Ser Supremo. [...]

A Maçonaria sempre recebeu homens de todas as fés e crenças religiosas, para adentrar em suas portas. O único requisito é que sejam homens bons, que acreditem no Supremo Arquiteto e na imortalidade da alma. [...] a Maçonaria trabalha para melhorar os bons homens, construindo dentro de cada Irmão do Craft, um Templo de boas obras e realizações éticas.

[...] A Maçonaria, portanto, congratula-se com suas fileiras de cristãos, judeus, muçulmanos, budistas e todos os homens bons de qualquer religião que realmente aspiram a viver de acordo com a vontade do Criador.

[...]

O que maçonaria significa para mim.

Por Reverendo Dr. Norman Vincent Peale, 33o.

A maçonaria não é uma religião, porém, na minha experiência, os maçons são predominantemente homens religiosos e, em sua maior parte, da fé cristã. Através da Maçonaria, no entanto, tive a oportunidade de compartilhar o pão com homens bons, além da minha fé cristã. A Maçonaria não promove nenhum credo religioso. To-

dos os maçons acreditam na Deidade, sem reservas. No entanto, a Maçonaria não faz exigências sobre como um membro deve pensar no Grande Arquiteto do Universo. A Maçonaria é, para todos os seus membros, um suplemento à vida boa, que elevou a vida de milhões de pessoas que entraram em suas portas. Embora não seja uma religião, como tal, ela complementa a fé em Deus, o Criador. É o apoio da moral e da virtude.

A maçonaria não tem dogma nem teologia. Não oferece sacramentos. Ensina que é importante para cada homem ter uma religião de sua própria escolha e ser fiel a ela em pensamento e ação. Como resultado, homens de 4 diferentes religiões podem se encontrar em comunhão e fraternidade sob a paternidade de Deus. Eu acho que um bom Maçom se torna ainda mais fiel aos princípios de sua fé, por sua participação na Loja.

[...]

Um maçom sem apologia.

Por Bispo Carl. J. Sanders, 32o, K\ C\C\ H\ – Igreja Metodista Unida, Alabama

Deixe-me rápida e enfaticamente dizer que a Maçonaria não é e nunca foi uma religião; no entanto, a Maçonaria sempre foi amiga e aliada da religião. Em 50 anos como ministro e como maçom, não encontrei conflito entre minhas crenças maçônicas e minha fé cristã. Não encontrei e não acho que a Maçonaria seja “incompatível com a fé e as práticas cristãs”.

[...]

Minhas atividades maçônicas nunca interferiram em minha lealdade e meu amor pela minha Igreja. Muito pelo contrário, minha lealdade à minha Igreja foi fortalecida pelos meus laços maçônicos. Os bons maçons são bons homens religiosos.

[...]

Eu tenho orgulho de ser maçom.

Por Rabino Seymour Atlas, 32o, K\ C\C\ H\ – Sinagoga Beth Judah, Nova Jersey

[...] a Maçonaria não é um substituto da religião, nem é uma religião.

[...]

Maçonaria e Religião.

Por Reverendo Dr. W. Kenneth Lyons Jr., 32o, K\ C\C\ H\

[...] O rito escocês e a maçonaria da Loja simbólica nunca inferiram nem declararam que seus edifícios deveriam ser casas de culto, mas lugares onde a religião de todos os homens seria igualmente respeitada e a perseguição com as crenças religiosas não seria tolerada. [grifos do autor]

Se ainda restam dúvidas quanto ao caráter filosófico-religioso da Maçonaria, em especial do REAA, fiquemos com as palavras de Max Icher:

Ela é uma busca, uma meditação e uma aventura pessoal conduzidos num plano tradicional que indica uma orientação de pesquisa mas não exatamente a origem desta pesquisa. Aqui, a prática ritualística não é cultural ou sacramental mas ajuda a distinguir o mundo profano do mundo sagrado e a facilitar a passagem de um ao outro; o seu simbolismo só pode ser visto numa iniciação e como um suporte de uma reflexão meditativa. Ela não reclama nenhuma crença preliminar, mas somente uma disposição que possa responder a um apelo interior e uma tenacidade a querer acompanhar tão longe e por quanto tempo for necessário para lhe permitir desabrochar. Ela não repousa sobre nenhuma afirmação teórica ou formulação dogmática concernente às Verdades as quais convém subscrever, mas implica a prática efetiva de um percurso, prova iniciática em direção a uma “realidade” cuja presença irá revelar-se ao coração, ao centro da pessoa.

[...]

Independente de uma revelação divina, de uma doutrina filosófica ou religiosa, de uma devoção a uma entidade divina, um profeta ou um guru, o caminho espiritual do Rito Escocês Antigo e Aceito é verdadeiramente universalista porque ele não impõe nenhum pré-requisito ideológico. Dirigido para o existencial, repousa sobre uma Fé no Homem, no sentido de uma confiança na sua perfectibilidade, na sua capacidade e discernimento e na sua faculdade de despertar todas as suas potencialidades: sensitiva, psicológica, intelectual, cognitiva, intuitiva e espiritual (ICHER, 2004).

## 6. Conclusões

O acirramento do conflito entre Igreja e Maçonaria pode ser reconstruído a partir do advento da chamada Maçonaria Especulativa de cunho iluminista, iniciado no século XVIII, rumo a criação de uma organização filosófico-racionalista, com base nos antigos mistérios e harmonizada com as religiões monoteístas de seus integrantes.

Por sua vez, poderíamos concluir também que a polissemia da simbologia maçônica é menos uma fuga fácil de disputas e discussões religiosas dentro das Lojas, do que uma forma eficaz, racional e libertária de incorporação dessas mais variadas crenças e filosofias, fornecida pela pluralidade de interpretações possíveis aos seus símbolos e narrativas simbólicas. A famosa inscrição do Templo de Delfos, na Grécia Antiga, Conhece-te a ti mesmo, muitas vezes atribuída a Sócrates, é um exemplo paradigmático do pensamento clássico antigo e está associada ao enaltecimento da razão e do movimento filosófico e intelectual de autodepuração do indivíduo. Ela é também o título da Introdução da Carta Encíclica sobre as relações entre fé e razão, do papa João Paulo II – lembrando que, aqui, a visada católica se justifica pela busca da verdade plena, que somente pode ser manifestada por Deus (PAULO II, 1999, p. 8). Nesse documento, o papa esclarece que a crença na verdade revelada pela fé está além da compreensão humana, o que a torna dogmática e inquestionável.

Podemos concluir, portanto, que a fé é construída de forma coletiva, mas, ao fim e ao cabo, cala fundo na alma de cada crente, de maneira individual. Por sua vez, a verdade descoberta pela razão está sujeita a questionamentos, experimentações e repetições. Caberia, então, a cada maçom estabelecer um equilíbrio entre esses dois polos. Assim sendo, a liberdade de consciência é fundamental para que os maçons, em consonância com a natureza filosófico-inicática do REAA, possam desenvolver seu longo, e infundável, trabalho de desbastamento interior, uma vez que a liberdade é a falta de entraves, a ausência de bloqueios coercitivos, ainda que possa trazer em si o germe da dúvida, a angústia da liberdade, em uma parente paradoxo. O paradoxo é apenas aparente porque a angústia deriva da imobilização, da incapacidade de se conhecer e reconhecer suas potencialidades e limitações. Sendo a consciência a capacidade inerente ao ser humano de perceber sua realidade imediata (exterior) e a si próprio (interior), ela, associ-

ada à liberdade, é o que deveria mover os maçons em busca de suas conquistas espirituais, sejam elas quais forem.

## 7. Referências bibliográficas

ANDERSON, James. *As Constituições dos Franco-Maçons de 1723 ou Constituições de Anderson*. Trad. e introd. João Nery Guimarães. São Paulo: A Fraternidade, 1982. p. 50.

AZEVEDO, Celia M. Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. *Revista USP*, São Paulo, v. 32, p. 178-189, dez./fev. 1996-97.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil 1790-1822*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

COELHO, Claudio Marcio. *Religião e História. Em nome do Pai: Gilberto Freyre e Casa-Grande & Senzala, um projeto político salvífico para o Brasil (1906-1933)? Tese de doutorado* apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

GRANDE ORIENTE DE SÃO PAULO. *Origem*. Disponível em: <<http://gosp.org.br/maconaria/origem/>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *O que é a Maçonaria?* Disponível em: <<https://www.gob.org.br/o-que-e-a-maconaria/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

GRANDE ORIENTE PAULISTA. *Ritual de Aprendiz Maçom*. Rio Escocês Antigo e Aceito. GOP: São Paulo, 2002.

ICHER, Max. *A espiritualidade do Rito Escocês Antigo e Aceito*. Trad. MoizHalfon. *O Malhete*, 2004. Disponível em: <<https://omalhete.blogspot.com/2019/02/a-espiritualidade-do-rito-escoces.html?m=0>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

JACOB, Margaret C. *Living the Enlightenment. Freemasonry and politics in eighteenth-century Europe*. New York: Oxford University Press, 1991.

JORGE, Virgolino Ferreira. Os cistercienses e a água. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XVIII, pp. 35-69, 2012.

MATOS, Alderi Souza de. *Breve história do protestantismo no Brasil*. Vox Faífae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 1-26, 2011.

NAUDON, Paul. *Les origines religieuses et corporati-*

ves de La franc-maçonnerie. Nouvelle édition entièrement fondue. Paris: Dervy-Livres, 1964.

OLIVEIRA, Paulo Ferraz de Camargo. *Leituras da História*, São Paulo, v. 122, pp. 26-34, 2019.

PAULO II, João. *Carta encíclica sobre as relações entre fé e razão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato. *O Mastigóforo, Prospecto de hum Diccionario das Palavras e Frazes Maçonicas*. Lisboa, 1824. Verbete Franc-Maçon ou Pedreiro-Livre.

SCHMITZ, Philibert. Règle de Saint Benoît. Revue et annotée à partir de la traduction de Philibert Schmitz de la même abbaye. [ed. digital].

SILVA, Marcos José Diniz. República e "religião social": maçons, espíritas e teosofistas no espaço público cearense. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 7, n. 3, p. 1-20, set./out./nov./dez. 2010.

SUPREMO CONSELHO DO GRAU 33, DO RITO ESCOCÊS ANTIGO E ACEITO DA JURISDIÇÃO SUL DOS EUA. Maçonaria e religião – Uma publicação do Supremo Conselho do Grau 33 do REAA (Mãe do Mundo). 1987. In: *O Prumo de Hiram*, 4 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.oprumodehiram.com.br/maconaria-e-religiao-uma-publicacao-do-supremo-conselho-do-grau-33-do-reea-mae-do-mundo/>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

VIEIRA, David Gueiros. O Liberalismo, a Maçonaria e o Protestantismo no Brasil no Século Dezenove. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 27, n. 3, pp. 195-217, 1987.